

InterCement Brasil S.A. e Controladas

*Demonstrações Financeiras Individuais e
Consolidadas Referentes ao Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2015 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
InterCement Brasil S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da InterCement Brasil S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da InterCement Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2016



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014			31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
ATIVO CIRCULANTE						PASSIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	926.420	640.387	1.074.711	740.275	Fornecedores		182.702	236.638	645.446	548.963
Títulos e valores mobiliários	5	72.094	236.572	72.434	236.869	Debêntures	13	-	-	1.585	2.135
Contas a receber de clientes	6	167.234	198.746	350.212	343.405	Empréstimos e financiamentos	12	37.625	188.800	488.997	509.587
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(31.895)	(24.415)	(36.073)	(29.399)	Juros a pagar	12 e 13	195.732	165.296	217.913	196.371
Estoques	7	594.802	596.647	954.077	922.591	Impostos e obrigações a pagar		95.813	87.155	121.768	114.099
Impostos a recuperar	8	140.689	150.835	143.387	154.298	Salários e encargos sociais		61.096	65.167	140.528	139.217
Outros créditos		150.559	164.833	250.178	186.335	Dividendos e juros sobre o capital próprio	18	-	591	907	2.009
Total do ativo circulante		2.019.903	1.963.605	2.808.926	2.554.374	Adiantamentos de clientes		8.811	9.231	31.196	24.322
ATIVO NÃO CIRCULANTE						Partes relacionadas	18	644.715	435.722	512.690	347.667
Títulos e valores mobiliários	5	6.955	5.469	10.036	8.274	Outras obrigações	16	324.761	81.574	323.016	78.263
Contas a receber de clientes	6	5.234	342	5.401	360	Total do passivo circulante		1.551.255	1.270.174	2.484.046	1.962.633
Estoques	7	7.751	16.314	59.867	48.505	PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Impostos a recuperar	8	22.697	44.105	57.679	75.912	Debêntures	13	2.695.536	2.693.954	2.695.536	2.695.503
Depósitos judiciais		58.058	49.411	58.058	49.411	Empréstimos e financiamentos	12	252.692	251.965	778.033	873.509
Dividendos a receber	18	16.527	15.688	-	-	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhis	14	52.243	46.948	68.539	61.885
Outros créditos		33.197	27.085	42.090	79.326	Provisão para reconstituição ambiental	15	63.405	62.736	79.558	79.557
Investimentos:						Impostos e obrigações a pagar		21.303	22.304	22.202	23.533
Em controladas	9	1.519.731	1.349.997	-	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	241.456	304.218	327.046	377.868
Em operações controladas em conjunto	9	8.572	64.348	8.572	6.568	Outras obrigações		7.329	7.174	65.496	55.357
Outros	9	703	408	11.500	11.761	Total do passivo não circulante		3.333.964	3.389.299	4.036.410	4.167.212
Imobilizado	10	3.120.578	3.206.167	4.484.324	4.463.089	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Intangível:						Capital social	19	2.138.292	2.123.522	2.138.292	2.123.522
Ágio	11	301.312	301.312	1.278.768	1.279.377	Reserva de capital		140.194	57.707	140.194	57.707
Outros intangíveis	11	155.927	162.321	174.314	181.549	Reservas de lucros		277.550	449.262	277.550	449.262
Total do ativo não circulante		5.257.242	5.242.967	6.190.609	6.204.132	Ajustes de avaliação patrimonial		(78.388)	(83.392)	(78.388)	(83.392)
						Prejuízos acumulados		(85.722)	-	(85.722)	-
						Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora		2.391.926	2.547.099	2.391.926	2.547.099
						Participação não controladora		-	-	87.153	81.562
						Total do patrimônio líquido		2.391.926	2.547.099	2.479.079	2.628.661
TOTAL DO ATIVO		7.277.145	7.206.572	8.999.535	8.758.506	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.277.145	7.206.572	8.999.535	8.758.506

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
RECEITA LÍQUIDA	21	2.992.952	3.651.414	5.977.936	5.517.712
CUSTO DAS VENDAS E DOS SERVIÇOS	22	(2.585.876)	(2.788.510)	(4.833.017)	(4.185.295)
LUCRO BRUTO		<u>407.076</u>	<u>862.904</u>	<u>1.144.919</u>	<u>1.332.417</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas administrativas e comerciais	22	(187.170)	(201.883)	(389.693)	(328.917)
Equivalência patrimonial	9	125.604	76.233	15.805	205
Outras receitas (despesas) operacionais	22	84.754	53.343	124.225	52.176
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>430.264</u>	<u>790.596</u>	<u>895.256</u>	<u>1.055.880</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Variação cambial	23	(270.332)	(29.398)	(415.946)	(13.435)
Receitas financeiras	23	167.218	195.968	181.665	202.508
Despesas financeiras	23	(507.706)	(495.256)	(758.485)	(741.903)
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(180.556)</u>	<u>461.910</u>	<u>(97.510)</u>	<u>503.050</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	20	98.052	(38.186)	5.602	(73.041)
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>(82.504)</u>	<u>423.724</u>	<u>(91.908)</u>	<u>430.009</u>
(PREJUÍZO) LUCRO ATRIBUÍDO A					
Participação controladora		(82.504)	423.724	(82.504)	423.724
Participação não controladora		-	-	(9.404)	6.285
(PREJUÍZO) LUCRO POR AÇÃO					
Básico/diluído por ação ON - R\$	25	<u>(20.924,17)</u>	<u>107.462,34</u>	<u>(20.924,17)</u>	<u>107.462,34</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2015 E DE 2014

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(82.504)	423.724	(91.908)	430.009
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Item que será reclassificado subsequentemente para o resultado:				
Diferenças cambiais na conversão de operações no exterior	1.195	(13.074)	1.118	(7.461)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO SEMESTRE	<u>(81.309)</u>	<u>410.650</u>	<u>(90.790)</u>	<u>422.548</u>
RESULTADO ABRANGENTE ATRIBUÍVEL A				
Participação controladora	(81.309)	410.650	(81.309)	410.650
Participação não controladora	-	-	(9.481)	11.898

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Atribuível a proprietários da controladora	Participação não controladora	Total do patrimônio líquido
				Legal	Incentivos fiscais	Investimentos					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		2.109.017	57.707	138.072	84.154	95.977	(56.871)	-	2.428.056	48.495	2.476.551
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	423.724	423.724	6.285	430.009
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	(13.074)	-	(13.074)	5.613	(7.461)
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado		-	-	-	-	-	(13.447)	13.447	-	-	-
Aumento de capital		14.505	-	-	(14.505)	-	-	-	-	21.169	21.169
Distribuição de dividendos de anos anteriores		-	-	-	-	(95.977)	-	-	(95.977)	-	(95.977)
Dividendos antecipados		-	-	-	-	-	-	(79.253)	(79.253)	-	(79.253)
Juros sobre o capital próprio antecipados		-	-	-	-	-	-	(116.377)	(116.377)	-	(116.377)
Destinação:											
Constituição de reserva legal		-	-	21.859	-	-	-	(21.859)	-	-	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal		-	-	-	47.970	-	-	(47.970)	-	-	-
Constituição de reserva para investimento		-	-	-	-	171.712	-	(171.712)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		2.123.522	57.707	159.931	117.619	171.712	(83.392)	-	2.547.099	81.562	2.628.661
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	(82.504)	(82.504)	(9.404)	(91.908)
Ganhos com alienação de participação em controlada	1(b)	-	82.487	-	-	-	-	-	82.487	11.737	94.224
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	1.195	1.195	1.195	(77)	1.118
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado		-	-	-	-	-	3.809	(3.809)	-	-	-
Aumento de capital	19	14.770	-	-	-	(14.770)	-	-	-	737	737
Distribuição de dividendos de anos anteriores	19	-	-	-	-	(156.942)	-	-	(156.942)	(52)	(156.994)
Prescrição de Dividendos		-	-	-	-	-	-	591	591	-	591
Transações com acionistas, registradas diretamente no patrimônio líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	2.650	2.650
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		2.138.292	140.194	159.931	117.619	-	(78.388)	(85.722)	2.391.926	87.153	2.479.079

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de reais - R\$)**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(180.556)	461.910	(97.510)	503.050
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação, amortização e exaustão	238.464	228.289	409.148	301.699
Resultado de equivalência patrimonial	(125.604)	(76.233)	(15.805)	(205)
Provisões para perdas eventuais, líquidas	11.490	(7.473)	20.389	(8.374)
Juros, encargos provisionados e variações cambiais	691.141	456.235	961.482	637.844
Ganho na venda de ativo imobilizado	(94.902)	(34.456)	(94.902)	(34.456)
Baixa de ativo imobilizado	4.802	-	4.843	-
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Partes relacionadas	(2.345)	9.457	(3.169)	587
Contas a receber de clientes	27.053	71.380	(19.892)	42.358
Estoques	18.733	(43.133)	(47.886)	(123.405)
Impostos a recuperar	28.053	9.431	27.671	2.173
Dividendos recebidos	35	60.512	-	-
Outros créditos	(75.916)	(83.949)	(140.804)	(91.977)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Partes relacionadas	(32.406)	20.035	(38.643)	16.012
Fornecedores	(23.861)	(69.259)	76.271	(38.364)
Salários e férias a pagar	(4.071)	3.412	7.603	17.904
Outras obrigações e contas a pagar	(2.066)	66.813	11.990	66.535
Impostos e obrigações a pagar	(7.161)	(43.892)	(26.939)	(30.901)
	470.883	1.029.079	1.033.847	1.260.480
Imposto de renda e contribuição social pagos	(682)	(18.039)	(61.393)	(58.385)
Juros pagos	(421.887)	(337.059)	(585.033)	(468.690)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	48.314	673.981	387.421	733.405
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aplicações em títulos e valores mobiliários, líquidas	171.312	(68.938)	171.322	(68.991)
Aquisição de imobilizado	(146.443)	(432.421)	(265.075)	(578.659)
Adições ao intangível	(5.300)	(16.267)	(8.383)	(18.954)
Aumento do investimento	(1.938)	(16.471)	(432)	(409)
Resgate (pagamento) de swap	131.146	(4.770)	131.146	(3.528)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	114.630	17.035	114.630	17.035
Recebimento pela venda de investimento	78.124	-	78.124	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	341.531	(521.832)	221.332	(653.506)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento de Capital	-	-	737	14.349
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	703	17.406	364.085	171.951
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(168.131)	(366.589)	(727.162)	(521.804)
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	(156.944)	(284.440)	(156.950)	(292.032)
Partes relacionadas	(20.212)	216.950	(20.212)	232.826
Outros Instrumentos	240.769	-	240.769	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(103.815)	(416.673)	(298.733)	(394.710)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	286.030	(264.524)	310.020	(314.811)
VARIAÇÃO CAMBIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-	24.416	(12.872)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	640.387	904.911	740.275	1.067.958
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	926.420	640.387	1.074.711	740.275

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A InterCement Brasil S.A. (“Companhia”) está domiciliada na Avenida Nações Unidas, 12.495, 13º andar, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, Brasil. A Companhia tem como controladoras a Cauê Austria Holding GmbH e a Cimpor Inversiones S.A., com participação no seu capital de 56,78% e 43,22%, respectivamente.

O Grupo InterCement Brasil possui 26 fábricas de cimento (16 localizadas no Brasil e 9 na Argentina e 1 no Paraguai), 44 usinas de concreto (35 localizadas no Brasil e 9 na Argentina), 3 usinas de agregados (2 localizadas no Brasil e 1 na Argentina) e 1 unidades de argamassa ativa (localizada no Brasil). A Companhia e sua controlada Loma Negra C.I.A. S.A. (“Loma Negra”) possuem, ainda, o controle na Yguazu Cements S.A. (“Yguazu”), sociedade paraguaia que opera na moagem, importação e comercialização de cimento e está construindo uma fábrica integrada de cimento.

Adicionalmente, a Companhia possui participações em ativos de geração de energia elétrica, na modalidade de autoprodutor.

Consolidação

As informações consolidadas incluem as seguintes controladas e operações em conjunto:

	2015		2014	
	Participação - %		Participação - %	
	<u>Direta</u>	<u>Indireta</u>	<u>Direta</u>	<u>Indireta</u>
Controladas:				
Cauê Finance Limited	100,00	-	100,00	-
CCCimentos Participações Ltda.	99,82	-	99,82	-
Companhia Camargo Corrêa Energia Transviária Logística e Transportes Ltda.	99,99	0,01	99,99	0,01
Holdtotal S.A. (a)	-	-	89,00	10,98
Loma Negra C.I.A. S.A.	91,37	8,07	23,08	73,38
Betel S.A. (a)	-	-	-	96,47
Cofesur S.A.	-	97,10	-	94,20
Compañia Argentina de Cemento Portland S.A. (a)	-	-	-	96,47
La Preferida de Olavarría S.A. (a)	-	-	-	96,47
Recycomb S.A.	-	99,45	-	96,47
Neogera Investimentos em Inovação Ltda.	98,75	1,25	98,75	1,25
Inversiones Rios Primeira Limitada	99,99	-	99,99	-
Yguazu Cements S.A. (b)	16,00	34,81	32,00	33,76
Barra Grande Participações S.A. (c)	100,00	-	-	-
Operação em conjunto-				
BAESA - Energética Barra Grande S.A. (c)	-	9,00	9,00	-

	2015		2014	
	Participação - %		Participação - %	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Consórcios:				
Consórcio Estreito Energia - CESTE	4,44	-	4,44	-
Consórcio Machadinho	5,28	-	5,28	-

- (a) Em 1º de outubro de 2015, houve a fusão das controladas Holdtotal S.A., Betel S.A., Companhia Argentina de Cemento Portland S.A., La Preferida de Olavarría S.A. e Loma Negra C.I.A.S.A. Com essa transação, não há alterações nas participações das empresas operacionais.
- (b) Em 18 de dezembro de 2015, a Companhia alienou o equivalente a 15,99% de participação acionária na Yguazu, pelo montante de U\$35.000 mil, equivalente a R\$136.717 (R\$94.224 líquido dos efeitos tributários), ao acionista minoritário. A operação gerou um ganho líquido de R\$ 82.487, já deduzido do imposto de renda e da contribuição social, registrado no patrimônio líquido.
- (c) Em 22 de abril de 2015, foi constituída a Barra Grande Participações S.A. (“Barra Grande”), que tem por objeto social a participação em outras sociedades. Em 8 de dezembro de 2015, a Companhia aumentou seu capital, mediante a conferência da totalidade das ações detidas pela Companhia na operação em conjunto BAESA - Energética Barra Grande S.A. (“BAESA”), no montante de R\$62.828, além da contribuição em moeda nacional de R\$1.000. Com o referido aumento de capital, a controlada Barra Grande passou a ter 63.829.456 ações, sendo 51.701.860 ações ordinárias e 12.127.596 ações preferenciais, sem direito a voto, mas com prioridade na distribuição de dividendos.

Em 29 de dezembro de 2015, a Companhia assinou contrato de promessa de venda de 12.127.596 ações preferenciais representando de 18,99% do capital social da controlada Barra Grande, pelo montante de R\$240.769; o valor recebido foi contabilizado como “outras obrigações”. A obrigação das partes para concluir o acordo, incluindo a transferência das ações, dependem do cumprimento de condições contratuais.

A controlada Cauê Finance Limited (“Cauê Finance”) é considerada uma extensão das operações da Companhia e, conseqüentemente, sua moeda funcional é a moeda brasileira, a moeda funcional da Companhia.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em 12 de agosto de 2014, o IASB emitiu a alteração IAS 27 - “Equity Method in Separate Financial Statements”, equivalente ao CPC 35 (R2) - Demonstrações Separadas, permitindo a avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

A participação em consórcios e operações em conjunto (“joint operation”) são reconhecidas linha a linha nas contas do balanço e da demonstração do resultado da Companhia, na proporção do percentual de participação.

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e operadas em conjunto.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas e operadas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição e até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações de acionistas não controladores, mesmo se resultar em montante negativo.

Quando necessário, são feitos ajustes contábeis nas demonstrações financeiras das controladas para adequar suas práticas contábeis àquelas utilizadas pela Companhia. Todas as transações e saldos de ativos e passivos entre as empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados integralmente.

2.4. Combinação de negócios

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo seu valor justo, que é a soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos pela Companhia com os antigos controladores da adquirida e das participações societárias emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida, na data de aquisição. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data de aquisição, exceto por limitadas exceções previstas na IFRS 3, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo.

O ágio é o resultado positivo da soma do valor justo da combinação de negócios, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida, se houver, deduzida dos valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da operação valorizados a valor justo. Se o resultado dessas operações não resultar positivo, o valor apurado é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

As participações não controladoras, que correspondam a participações atuais e confirmam a seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade, no caso de liquidação, poderá ser inicialmente mensurada pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações não controladoras, nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação. Outros tipos de participações não controladoras são mensurados pelo valor justo ou, quando aplicável, conforme descrito em outras IFRSs e pronunciamentos contábeis (“CPCs”).

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no fim de cada exercício no qual essa combinação ocorreu, a Companhia registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização está incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (conforme mencionado anteriormente) ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas, relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da interpretação técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento nas demonstrações financeiras individuais e demonstrado como um ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição é imediatamente reconhecido no resultado.

2.5. Participações em empreendimentos em conjunto (“joint ventures”)

Uma “joint venture” é um acordo contratual através do qual uma empresa e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a um controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras, estratégicas e operacionais relacionadas às atividades da “joint venture” requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Os resultados, ativos e passivos das investidas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial. Conforme este método, os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes das investidas. Quando a parcela da Companhia em prejuízo de uma investida excede a participação do Grupo naquela investida, a Companhia deixa de reconhecer sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia tiver responsabilidade legal sobre as obrigações da coligada.

Quando uma empresa realiza transações com suas controladas em conjunto, os lucros e prejuízos resultantes das transações são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas apenas na medida das participações da Companhia na controlada em conjunto não relacionada à Companhia.

2.6. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda ao valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se beneficiam das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a testes de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação nesse sentido. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos dessa unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável do ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na determinação do lucro ou prejuízo da alienação.

2.7. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador.

2.7.1. Vendas de produtos

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- São transferidos para comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos.

- Não há envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos.
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia.
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

2.7.2. Prestação de serviços

A receita de um contrato para prestação de serviço de concretagem é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão do contrato.

2.8. Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os arrendamentos financeiros são registrados como compra financiada, sendo reconhecido, no momento da aquisição, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento).

Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais e seu custo é reconhecido como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato.

2.9. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período superior a três meses para ficarem prontos para uso, são acrescidos ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou para a venda.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

2.10. Transações em moeda estrangeira e moeda funcional

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes.

As variações cambiais são reconhecidas no resultado no exercício em que ocorrem, exceto variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão incluídas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos, com juros dos referidos empréstimos.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das operações das controladas no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim de cada exercício. Os resultados e outras transações que afetaram o patrimônio dessas operações no exterior são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

O ágio e os ajustes ao valor justo sobre os ativos e passivos identificáveis adquiridos resultantes da aquisição de uma operação no exterior são registrados na moeda funcional da investida, somente para aquisições ocorridas após a data de transição para as IFRSs. As diferenças cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido.

O ágio referente às aquisições de investimentos no exterior, reconhecidas antes da data de transição para as IFRSs, foi mantido na moeda funcional da Companhia.

2.11. Subvenções governamentais

Não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

2.12. Estoques

São avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção e apresentados pelo menor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. O custo de produção é determinado de acordo com o método de absorção de custos. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido dos gastos necessários para realizar a venda.

A provisão para obsolescência é constituída com base em análise das perdas históricas e avaliação dos saldos com risco de realização.

2.13. Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear ou outra base sistemática representativa do momento em que os benefícios econômicos são usufruídos. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O imobilizado em curso representa ativos tangíveis em fase de construção/produção, registrados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de eventuais perdas. Esses ativos são depreciados a partir do momento em que estão em condições de serem utilizados para os fins pretendidos.

Os gastos relacionados à preparação e ao desenvolvimento de minas, incluindo, entre outros, a retirada e a disposição do material denominado estéril e a construção de taludes e rotas, são contabilizados agregando-se o valor das minas e amortizados com base no percentual de exploração em relação ao rendimento total esperado durante a vida útil.

2.14. Ativos intangíveis

2.14.1. Ativos intangíveis adquiridos separadamente

São registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.14.2. Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo na data da aquisição.

2.15. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida e/ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido a seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.16. Provisões

São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

2.17. Reconstituição ambiental e desmantelamento de fábricas

Em face das disposições legais e das práticas em vigor em várias áreas de negócio, os terrenos utilizados em exploração de minas e pedreiras são sujeitos à reconstituição ambiental. Adicionalmente, existem custos que serão exigidos para o desmantelamento de fábricas.

Nesse contexto, são constituídas provisões para fazer face aos custos estimados para a recuperação e reconstituição ambiental das áreas em exploração e o desmantelamento de fábricas. Essas provisões são registradas de forma simultânea com um acréscimo ao valor do ativo subjacente, tendo por base as conclusões de estudos de recuperação paisagística, sendo reconhecidas em resultados à medida da depreciação dos ativos.

A Companhia e suas controladas têm como prática proceder à remediação progressiva dos espaços liberados pelas pedreiras, utilizando as provisões constituídas.

2.18. Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

A BAESA - Energética Barra Grande S.A. ("BAESA") possui uma concessão para exploração de empreendimento, outorgada para cada uma das consorciadas, de forma compartilhada. As consorciadas participam na exploração do empreendimento como produtoras independentes de energia. A energia gerada pelo empreendimento é destinada às consorciadas proporcionalmente aos respectivos percentuais de participação no consórcio.

A vigência do contrato de concessão é de 35 anos, contados a partir da data inicial de 14 de maio de 2001.

O contrato de concessão também estabelece que um montante seja pago pelo UBP, em parcelas mensais proporcionais, a título de concessão onerosa. O UBP é reajustado anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.

2.19. Tributação

2.19.1. Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração consolidada do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda é calculada individualmente por empresa com base nas alíquotas vigentes no fim de cada exercício e em disposições legais e tributárias específicas dos países onde estejam sediadas.

2.19.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia apresente lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros propiciarão a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado ao montante que se espera recuperar.

Impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

2.20. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado.

Ativos financeiros

Estão classificados nas seguintes categorias específicas: (a) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado; (b) investimentos mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação, ou seja, se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo.
- No reconhecimento inicial for parte de carteira de instrumentos financeiros que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.

- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

(b) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento; ou (iii) empréstimos e recebíveis.

(d) Empréstimos e recebíveis

Contas a receber, empréstimos e outros recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo são classificados como empréstimos e recebíveis.

Os investimentos mantidos até vencimento e os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como: (a) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e (b) outros passivos financeiros.

(a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros classificados como ao valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, financiamentos e debêntures, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, sendo a despesa financeira reconhecida com base na remuneração efetiva.

Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e posteriormente remensurados pelo valor justo no fim de cada exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de “hedge”; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de “hedge”.

2.21. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de 90 dias ou menos da data da contratação, ou com compromissos de recompra, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, classificados como empréstimos e recebíveis e, portanto, contabilizados pelo método de custo amortizado.

2.22. Juros sobre o capital próprio

São demonstrados como destinação do resultado, diretamente no patrimônio líquido, e os juros recebidos ou a receber de investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas, como crédito de investimento, quando aplicável. Para fins fiscais, os juros sobre o capital próprio são tratados como despesas ou receitas financeiras, reduzindo e aumentando, respectivamente, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social do exercício.

2.23. Novas e revisadas normas e interpretações (IFRS)

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2015 pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

IFRS 9	Instrumentos Financeiros ²
IFRS 15	Receita de Contratos com Clientes ²
Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2)	Contabilização para Aquisições de Participações em Operações em Conjunto ¹
Modificações à IAS 1/CPC 26 (R1)	Iniciativa de Divulgação ¹
Modificações às IAS 16/ CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1)	Esclarecimentos dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis ¹
Modificações à IFRS 10 / CPC 36	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture ¹
Modificações as IFRSs	Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2012-2014 ¹

1. Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.
2. Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZA NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das práticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas em dados históricos e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Principais julgamentos na aplicação das práticas contábeis

A seguir são apresentados os principais julgamentos efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia e que afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3.1. Redução ao valor recuperável do ágio

Para determinar se o ágio apresenta redução a seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

Os detalhes da análise de perda por redução ao valor recuperável estão divulgados na nota explicativa nº 11.

3.2. Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, conforme aplicável, de acordo com o julgamento da Administração da Companhia. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, amortização de intangíveis, provisão para perdas de bens paralisados, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ajuste a valor presente de contas a receber e a pagar, provisão para perdas e obsolescência de estoques, provisão para reconstituição ambiental, desmantelamento de fábricas e provisão para riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia revisa as estimativas, premissas, determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado e provisão para perda de estoques anualmente.

3.3. Ativos imobilizados e intangíveis

A Companhia e suas controladas revisam a vida útil estimada dos bens do imobilizado e do intangível anualmente, no fim de cada exercício. A estimativa de vida útil é conforme segue:

	<u>Vida útil</u>
Edificações e outras construções	3 a 50 anos
Máquinas e equipamentos	2 a 50 anos
Veículos	2 a 16 anos
Móveis e utensílios	9 a 33 anos
Minas e jazidas	(*)
Reservatório, barragens e adutoras	49 a 50 anos
Fornos, moinhos e silos	30 a 53 anos
Direito de uso de software	5 anos

(*) A exaustão de minas e jazidas é feita: (a) com base na extração efetiva, em relação ao rendimento total esperado; ou (b) de forma linear, com base na vida útil definida para a mina.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2015	2014	2015	2014
Caixa e bancos	35.805	43.768	92.778	73.636
Aplicações financeiras	<u>890.615</u>	<u>596.619</u>	<u>981.933</u>	<u>666.639</u>
Total	<u>926.420</u>	<u>640.387</u>	<u>1.074.711</u>	<u>740.275</u>

As aplicações financeiras são representadas como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2015	2014	2015	2014
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	-	464	6.932	2.185
Aplicações financeiras em reais (c)	364.160	-	364.160	-
Fundos de renda fixa	329	-	329	-
Fundos exclusivos (a):				
Letras do Tesouro Nacional - LTNs "over"	89.534	157.720	89.955	157.918
Letras do Tesouro Nacional - LTFs	99.418	69.101	99.886	69.187
CDBs	5.408	823	5.434	824
Fundos de renda fixa	326.273	368.511	327.810	368.973
Letra financeira	5.493	-	5.519	-
Aplicações financeiras em moeda estrangeira (b):				
Em pesos argentinos	-	-	53.679	54.491
Em dólares norte-americanos	-	-	28.175	12.995
Outros	-	-	54	66
Total	<u>890.615</u>	<u>596.619</u>	<u>981.933</u>	<u>666.639</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2015, as aplicações em fundos exclusivos renderam em média de 100,5% a 112,7% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (100% a 112,7% do CDI em 31 de dezembro de 2014).

- (b) Em 31 de dezembro de 2015, as aplicações em pesos argentinos renderam em média de 22,32% a 26,70% ao ano (15,7% a 23% ao ano em 31 de dezembro de 2014) e as aplicações em dólares norte-americanos 0,1% ao ano (0,1% ao ano em 31 de dezembro de 2014).
- (c) Conforme descrito na nota explicativa 1(c), a Companhia recebeu R\$240.768 referente a proposta contratual. De acordo com cláusulas contratuais, em 11 de janeiro de 2016, o montante recebido foi transferido para uma conta restrita, aguardando a conclusão de certas cláusulas contratuais.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários estão classificados como ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado e são representados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Títulos e valores imobiliários	72.094	236.572	72.434	239.674
Depósito em garantia (*)	<u>6.955</u>	<u>5.469</u>	<u>10.036</u>	<u>5.469</u>
Total	<u>79.049</u>	<u>242.041</u>	<u>82.470</u>	<u>245.143</u>
Total - classificado no circulante	72.094	236.572	72.434	236.869
Total - classificado no não circulante	6.955	5.469	10.036	8.274

- (*) A Companhia efetua compulsoriamente depósitos a título de garantia, em decorrência da postergação parcial do saldo de Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Serviços - ICMS para o Estado de Goiás. No consolidado, inclui também depósitos em garantia da operação em conjunto Baesa, com finalidade de constituir reserva para obrigações com o BNDES e com o Operador Nacional do Sistema (ONS).

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Clientes dos mercados interno e externo	172.468	199.088	355.613	343.765
Classificadas no não circulante	<u>(5.234)</u>	<u>(342)</u>	<u>(5.401)</u>	<u>(360)</u>
Classificadas no circulante	<u>167.234</u>	<u>198.746</u>	<u>350.212</u>	<u>343.405</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(31.895)</u>	<u>(24.415)</u>	<u>(36.073)</u>	<u>(29.399)</u>
Total líquido no circulante	<u>135.339</u>	<u>174.331</u>	<u>314.139</u>	<u>314.006</u>

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para 100% das contas a receber vencidas há mais de 181 dias, e a controlada Loma Negra constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa com base nos valores irrecuperáveis estimados ou determinados em experiências de inadimplência e na análise da situação financeira atual de cada devedor, considerando, inclusive, as garantias prestadas por tais devedores.

Composição das contas a receber por vencimento

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
A vencer	126.704	147.229	280.951	236.408
Vencidos:				
0 a 30 dias	9.171	20.555	19.114	58.897
31 a 60 dias	2.000	2.493	6.899	7.926
61 a 90 dias	1.417	3.422	3.049	5.184
91 a 180 dias	2.219	2.001	12.945	12.152
181 dias ou mais	<u>30.957</u>	<u>23.388</u>	<u>32.655</u>	<u>23.198</u>
Total	<u>172.468</u>	<u>199.088</u>	<u>355.613</u>	<u>343.765</u>

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Saldo no início do exercício	24.415	14.454	29.399	21.645
Constituições	10.478	9.961	11.008	9.961
Montantes baixados no exercício como incobráveis	(2.998)	-	(4.090)	(1.361)
Ganho ou perda de variação cambial	-	-	(244)	(846)
Saldo no fim do exercício	<u>31.895</u>	<u>24.415</u>	<u>36.073</u>	<u>29.399</u>

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Circulante:				
Produtos acabados	74.977	68.544	103.571	107.967
Produtos em elaboração	142.693	108.129	246.312	164.748
Matéria-prima	133.928	137.237	193.161	201.517
Combustíveis	57.522	84.944	117.087	142.057
Almoxarifado	178.882	175.067	271.667	252.216
Adiantamento a fornecedores	3.740	18.117	3.740	18.117
Estoque em trânsito	-	-	14.050	30.869
Embalagem e outros	5.632	6.888	7.061	7.379
Provisão para perdas	(2.572)	(2.552)	(2.572)	(2.552)
Outros	-	273	-	273
Total	<u>594.802</u>	<u>596.647</u>	<u>954.077</u>	<u>922.591</u>
Não circulante:				
Matérias-primas	-	1	-	1
Almoxarifado	-	-	52.760	35.669
Provisão para perdas	-	-	(644)	(3.478)
Adiantamentos a fornecedores (*)	<u>7.751</u>	<u>16.313</u>	<u>7.751</u>	<u>16.313</u>
Total	<u>7.751</u>	<u>16.314</u>	<u>59.867</u>	<u>48.505</u>

(*) Representados substancialmente por contrato de prestação de serviço de transporte ferroviário de escória e carvão mineral com vigência até 10 de outubro de 2023, com previsão de utilização anual linear de R\$3.461.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	6.129	22.666	10.833	29.822
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	49.781	68.662	49.781	68.663
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a recuperar	42.649	62.360	42.723	62.532
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras	28.641	4.271	28.687	4.302
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	36.244	34.191	36.244	34.191
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	32.074	27.659
Impostos antecipados e outros	(58)	2.790	724	3.041
Total	<u>163.386</u>	<u>194.940</u>	<u>201.066</u>	<u>230.210</u>
Classificados no circulante	140.689	150.835	143.387	154.298
Classificados no não circulante	22.697	44.105	57.679	75.912

[página intencionalmente deixada em branco]

9. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA

	Participação no capital social - %		Ações/cotas possuídas		Patrimônio líquido		Resultado do exercício ajustado		Ajuste de avaliação patrimonial (a)		Resultado de equivalência patrimonial		Saldo dos investimentos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Controladas:														
Holdtotal S.A. (i)	-	89,00	-	46.366.327	-	238.558	79.485	51.052	75.605	(13.155)	70.742	46.376	-	212.317
Loma Negra C.I.A. S.A. (b) e (i)	91,37	23,08	50.805.235	12.600.582	461.781	324.658	71.215	69.977	(75.052)	(7.931)	65.069	16.034	1.387.522	1.040.505
Neogera Investimentos em Inovação Ltda. (e)	100,00	-	329.000	-	333	-	3	-	-	-	3	-	333	-
InterCement Portugal SGPS S.A (f)	-	-	-	550	-	33	-	(81)	1.171	99	(110)	(81)	-	33
CCCimentos Participações Ltda.	99,82	99,82	1	1	41.701	30.820	10.703	4.421	178	1.776	10.684	4.413	41.627	30.765
CCCE - Companhia Camargo Corrêa Energia	100,00	100,00	5.948.232	5.948.232	12	754	48	45	-	-	48	45	12	754
Yguazu Cimentos S.A. (d) e (h)	16,00	32,00	3.834	4.947	152.007	202.813	(82.866)	19.446	(2.521)	6.213	(26.317)	6.223	24.325	64.900
Transviária Logística e Transportes Ltda.	98,56	98,56	6.909.000	6.909.000	2.928	730	198	(351)	(20)	-	196	(347)	2.898	723
Barra Grande Participações S.A (g)	100,00	-	63.829.456	-	63.014	-	185	-	-	-	185	-	63.014	-
									(639)	(12.998)	120.500	72.663	1.519.731	1.349.997
Operações em conjunto:														
BAESA - Energética Barra Grande S.A. (g)	-	9,00	-	35.854.290	-	641.997	8.276	40.009	-	-	5.084	3.601	-	57.780
CCEscom Cement	50,10	50,10	9.018	9.018	17.109	13.110	(126)	(47)	2.067	(76)	(62)	(24)	8.572	6.568
									2.067	(76)	5.022	3.577	8.572	64.348
Outros investimentos:														
Eco Processa Tratamento de Resíduos Ltda.	50,00	50,00	350.000	350.000	739	737	2	(13)	-	-	1	(7)	369	368
Companhia de Mineração Candiota	48,00	48,00	480.000	480.000	696	84	180	-	(225)	-	86	-	334	40
									(225)	-	87	(7)	703	408
Provisão para perdas em controladas (c):														
Inversiones Rios Primera	99,90	99,90	99.900	99.900	(20)	(7)	-	-	(8)	-	(5)	-	(20)	(7)
									(8)	-	(5)	-	(20)	(7)
Total									1.195	(13.074)	125.604	76.233	1.528.986	1.414.746

[página intencionalmente deixada em branco]

- (a) Representado, substancialmente, por variação cambial dos investimentos no exterior.
- (b) Parte do saldo no valor de R\$965.584 refere-se ao ágio pago na aquisição dessa empresa, que foi parcialmente amortizado pela taxa anual de 12,5% até 31 de dezembro de 2008. Esse ágio tem como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura. A partir de 1º de janeiro de 2009, a amortização desse ágio cessou. O resultado da última análise, efetuada para o exercício findo de 31 de dezembro de 2015, indicou que o valor recuperável das unidades geradoras de caixa correspondentes ao ágio supera o valor registrado desses ativos.
- (c) Investimento reclassificado para outras obrigações no passivo não circulante.
- (d) A Companhia possui também de forma indireta através da Loma Negra a participação de 34,81% do capital da Yguazu Cimentos S.A.
- (e) Em 9 de abril de 2015, a Companhia integralizou o capital social de R\$79 na controlada Neogera Investimentos em Inovação Ltda. (“Neogera”). Em 1º de outubro de 2015, a Companhia aumentou o capital social da controlada Neogera em R\$250. Essa controlada tem por objetivo constituir e investir em projetos de inovação.
- (f) Em 30 de outubro de 2014, os acionistas da controlada InterCement Portugal SGPS S.A. aprovaram a dissolução da Sociedade, e a devolução do capital social ocorreu em 29 de setembro de 2015.
- (g) Em 8 de dezembro de 2015, a Companhia aumentou o capital da controlada Barra Grande em R\$63.828, mediante a conferência da totalidade das ações detidas pela Companhia na operação em conjunto BAESA - Energética Barra Grande S.A. (“BAESA”), no montante de R\$62.828, além da contribuição em moeda nacional de R\$1.000, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.
- (h) Em 18 de dezembro de 2015, a Companhia alienou 15,99% de participação na Yguazu, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.
- (i) Em 1º de outubro de 2015, ocorreu a fusão entre as controladas Loma e Holdtotal, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

As informações sobre as principais controladas e operações em conjunto em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 são como segue:

Loma Negra C.I.A. S.A.: controladas sediadas na Argentina com o objetivo de produzir e comercializar cimentos e seus derivados, bem como participar e investir em outras companhias. Detêm, indiretamente, 80% de participação societária na companhia Ferrosur Roca S.A.

Ferrosur Roca S.A.: administra ferrovias na Argentina, interligando as principais fábricas da Loma Negra. A concessão atual tem vigência até 2023, podendo ser ampliada em mais dez anos.

Yguazu Cimentos S.A.: é uma companhia paraguaia que opera na fabricação, moagem, importação e comercialização de cimento.

Barra Grande Participações S.A.: companhia brasileira constituída em 22 de abril de 2015, com o objetivo de participar em outras empresas. Em 31 de dezembro de 2015, possui basicamente a participação da Companhia na Baesa.

BAESA - Energética Barra Grande S.A.: tem como objetivo principal explorar o potencial de energia hidráulica, construir e manter a propriedade da usina hidrelétrica Barra Grande (“UHE Barra Grande”) e comercializar ou utilizar a energia elétrica produzida pelo prazo de concessão. A controlada Barra Grande adota o método de equivalência patrimonial para a contabilização desta operação em conjunto, com base na existência de acordo de acionistas.

Camargo Corrêa Escom Cement B.V.: companhia holandesa que tem como objetivo participar, investir e gerenciar outras companhias. Atualmente possui investimento na companhia Palanca Cimentos em Angola.

Transviária Logística e Transportes Ltda.: companhia brasileira constituída em 1º de abril de 2013 com o objetivo de realizar transportes de cargas e soluções logísticas.

Neogera Investimentos em Inovação Ltda.: sociedade brasileira constituída em 16 de outubro de 2014, com o objetivo de conduzir e investir em projetos de inovação.

A movimentação dos investimentos, apresentados nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

	<u>Controladora</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.335.116
Aumento/redução de capital	16.471
Equivalência patrimonial	76.233
Ajuste de avaliação patrimonial	<u>(13.074)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.414.746
Aumento/redução de capital	1.938
Baixas (a)	(12.799)
Equivalência patrimonial	125.604
Ajuste de avaliação patrimonial	1.195
Dividendos	<u>(1.698)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>1.528.986</u>

(a) Refere-se substancialmente à baixa da participação de 15,99% na controlada Yguazu Cimentos S.A, conforme nota explicativa nº 1(b).

10. IMOBILIZADO

	<u>Controladora</u>		
	<u>2015</u>		
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Valor residual</u>
Terrenos	155.877	(1.556)	154.321
Edifícios	1.463.037	(703.793)	759.244
Máquinas e equipamentos	2.666.115	(1.652.477)	1.013.638
Veículos	143.566	(93.367)	50.199
Móveis e utensílios	19.974	(14.967)	5.007
Minas e jazidas	130.783	(50.569)	80.214
Reservatório, barragens e adutoras	172.147	(33.372)	138.775
Outros	24.976	(5.665)	19.311
Peças de reposição	16.385	(2.347)	14.038
Adiantamento a fornecedores	86.945	-	86.945
Imobilizado em andamento (*)	<u>798.886</u>	<u>-</u>	<u>798.886</u>
Total	<u>5.678.691</u>	<u>(2.558.113)</u>	<u>3.120.578</u>

	Controladora		
	2014		
	Custo	Depreciação	Valor residual
Terrenos	156.109	(1.144)	154.965
Edifícios	1.458.249	(666.367)	791.882
Máquinas e equipamentos	2.594.364	(1.526.208)	1.068.156
Veículos	153.772	(104.815)	48.957
Móveis e utensílios	20.121	(13.812)	6.309
Minas e jazidas	98.983	(34.306)	64.677
Reservatório, barragens e adutoras	172.249	(27.003)	145.246
Outros	27.621	(4.206)	23.415
Peças de reposição	19.966	-	19.966
Adiantamento a fornecedores	350.102	-	350.102
Imobilizado em andamento (*)	<u>532.492</u>	-	<u>532.492</u>
Total	<u>5.584.028</u>	<u>(2.377.861)</u>	<u>3.206.167</u>

	Consolidado		
	2015		
	Custo	Depreciação	Valor residual
Terrenos	170.545	(2.365)	168.180
Edifícios	1.938.001	(965.220)	972.781
Máquinas e equipamentos	3.847.974	(2.038.674)	1.809.300
Veículos	289.230	(166.831)	122.399
Móveis e utensílios	57.783	(48.523)	9.260
Minas e jazidas	341.807	(156.847)	184.960
Reservatório, barragens e adutoras	257.490	(54.997)	202.493
Outros	46.179	(17.587)	28.592
Peças de reposição	25.713	(2.347)	23.366
Adiantamento a fornecedores	86.945	-	86.945
Imobilizado em andamento (*)	<u>876.048</u>	-	<u>876.048</u>
Total	<u>7.937.715</u>	<u>(3.453.391)</u>	<u>4.484.324</u>

	Consolidado		
	2014		
	Custo	Depreciação	Valor residual
Terrenos	169.625	(2.181)	167.444
Edifícios	1.933.834	(928.273)	1.005.561
Máquinas e equipamentos	3.625.858	(1.854.670)	1.771.188
Veículos	293.310	(171.368)	121.942
Móveis e utensílios	58.689	(47.003)	11.686
Minas e jazidas	239.846	(91.260)	148.586
Reservatório, barragens e adutoras	257.592	(50.976)	206.616
Outros	44.699	(14.312)	30.387
Peças de reposição	29.370	-	29.370
Adiantamento a fornecedores	350.102	-	350.102
Imobilizado em andamento (*)	<u>620.207</u>	-	<u>620.207</u>
Total	<u>7.623.132</u>	<u>(3.160.043)</u>	<u>4.463.089</u>

- (*) Na controladora, os saldos referem-se substancialmente à expansão das unidades de Cezarina, no montante de R\$84.699, e à construção da unidade de Caxitu, no montante de R\$558.493, no Estado da Paraíba, bem como a melhorias no processo produtivo, para a plena utilização da capacidade das unidades existentes. A modernização das fábricas está sendo financiada com recursos oriundos do contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12. O consolidado inclui, ainda, investimentos na expansão e modernização, principalmente, das plantas de Catamarca, L'Amali, Olavarría e Lomaser, da controlada Loma Negra e de suas controladas, no montante de R\$77.153.

A Companhia capitalizou, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, encargos financeiros no montante de R\$15.649 (R\$22.722 em 2014), na rubrica “Imobilizado em andamento”.

De acordo com o Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados à UHE Barra Grande, inclusive terrenos, registrados na companhia operada em conjunto BAESA, no montante aproximado de R\$94.607, considerando a participação da Companhia naqueles ativos, depreciados linearmente pelo prazo de concessão, passarão ao final da concessão em 2036 a integrar o patrimônio da União.

Nas rubricas “Máquinas e equipamentos” e “Veículos” existem, em 31 de dezembro de 2015, bens que foram adquiridos para as unidades de produção de concreto localizadas nos Estados de São Paulo e Pernambuco, por meio de contratos de financiamento (FINAME), que são garantidos pelos próprios bens financiados. O financiamento original corresponde a 90% do valor total dos bens e, em 31 de dezembro de 2015, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12, o saldo a pagar é de R\$22.623 (FINAME).

A movimentação do imobilizado é demonstrada como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.993.169	4.224.478
Adições	464.994	611.232
Baixas	(23.888)	(23.433)
Depreciações	(228.108)	(301.074)
Efeito de mudança de taxas de câmbio sobre investimentos no exterior (a)	-	(48.114)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>3.206.167</u>	<u>4.463.089</u>
Adições	185.401	430.966
Baixas (b)	(35.550)	(35.630)
Depreciações	(235.440)	(403.295)
Efeito de mudança de taxas de câmbio sobre investimentos no exterior (a)	-	29.194
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>3.120.578</u>	<u>4.484.324</u>

- (a) No consolidado refere-se principalmente ao efeito da tradução de demonstrações financeiras para a moeda funcional da Companhia, entre o início e o fim do exercício, sobre ativos da controlada Loma Negra e suas controladas e da controlada Yguazu.

- (b) Refere-se substancialmente a venda das pedreiras de Barueri e Guarulhos, conforme mencionado na nota explicativa nº 22(a).

11. INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Direitos de exploração de minas	114.555	114.797	114.555	114.797
Bens vinculados à concessão	7.106	5.801	25.353	24.962
Direitos de uso de software	5.922	10.050	6.062	10.117
Gastos com desenvolvimento de projetos	18.024	22.452	18.024	22.452
Marcas e patentes e outros	<u>10.320</u>	<u>9.221</u>	<u>10.320</u>	<u>9.221</u>
	<u>155.927</u>	<u>162.321</u>	<u>174.314</u>	<u>181.549</u>
Ágio:				
Loma Negra C.I.A. S.A. (a)	-	-	965.584	965.584
CBC - Companhia Brasileira de Cimentos (b)	102.633	102.633	102.633	102.633
RA Participações de Investimentos Ltda. (b)	14.882	14.882	14.882	14.882
Cia. Industrial e Mercantil de Cimentos S.A. (b)	75.801	75.801	75.801	75.801
Incorporação da Goiás (c)	16.361	16.361	16.361	16.361
Incorporação da Cimento Brumado (c)	59.983	59.983	59.983	59.983
Aquisição de centrais de concreto (c)	8.794	8.794	8.794	8.794
Cofesur S.A.	-	-	5.715	6.009
Recycomb S.A.	-	-	867	912
La Preferida de Olavarría S.A.	-	-	5.290	5.560
Outros	<u>22.858</u>	<u>22.858</u>	<u>22.858</u>	<u>22.858</u>
	<u>301.312</u>	<u>301.312</u>	<u>1.278.768</u>	<u>1.279.377</u>
Total	<u>457.239</u>	<u>463.633</u>	<u>1.453.082</u>	<u>1.460.926</u>

- (a) Refere-se a ágio total pago, podendo ser segregado por atividade, sendo R\$909.580 referentes a cimento e seus derivados (Loma Negra) e R\$56.004 referentes à concessão ferroviária (Ferrosur), os quais foram amortizados pelas taxas de 12,5% ao ano até 31 de dezembro de 2008.
- (b) Referem-se a ágios pagos na aquisição dessas companhias, que já foram incorporadas pela Companhia. Os ágios foram amortizados pela taxa de 10% ao ano até 31 de dezembro de 2008 e têm como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura.
- (c) Referem-se à parcela de ágio do acervo líquido decorrente da incorporação da CIMPOR.

O valor recuperável das unidades geradoras de caixa é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração da Companhia, sendo que os fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados na perpetuidade. O resultado desta avaliação não resultou em provisões aos valores contabilizados.

A movimentação do intangível é demonstrada como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	459.422	1.460.039
Adições	16.267	16.334
Amortizações	(12.056)	(12.499)
Variação cambial	<u>-</u>	<u>(2.948)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>463.633</u>	<u>1.460.926</u>
Adições	5.300	5.301
Baixas	(325)	(325)
Amortizações	(11.369)	(11.864)
Variação cambial	<u>-</u>	<u>(956)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u><u>457.239</u></u>	<u><u>1.453.082</u></u>

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

12.1. Controladora

<u>Modalidade/Instituição financeira</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento até</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Moeda estrangeira - dólares norte-americanos (US\$):				
“Medium-term notes” (a)	Prefixada	Julho de 2015	-	120.262
BNDES (b)	Prefixada mais variável (*)	Janeiro de 2015	<u>-</u>	<u>3.161</u>
			<u>-</u>	<u>123.423</u>
Moeda nacional:				
Pró-Invest	IPCA mais prefixada	Fevereiro de 2015	-	232
Banco do Brasil S.A. (f)	Prefixada	Dezembro de 2024	70.712	79.741
	Percentual do CDI mais prefixada	Fevereiro de 2018	48.460	41.820
Nota de crédito (e)		Junho de 2018 a		
FINAME (c)	TJLP mais prefixada	Novembro de 2023	22.623	25.931
	TJLP mais prefixada ou variável (*)	Junho de 2018	1.507	20.641
BNDES		Setembro de 2029	133.897	143.059
BNDES (d)	TJLP mais prefixada	Dezembro de 2020	2.033	1.330
Incentivo Fomentar	Prefixada	Dezembro de 2020	2.033	1.330
Itaú BBA - Fomentar	Prefixada	Dezembro de 2022	<u>16.197</u>	<u>16.520</u>
			<u>295.429</u>	<u>329.274</u>
Total			<u>295.429</u>	<u>452.697</u>
Classificados no circulante - juros (apresentados como “Juros a pagar”)			5.112	11.932
Classificados no circulante - principal			37.625	188.800
Classificados no não circulante - principal			252.692	251.965

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

(*) Cesta de moedas de Unidade Monetária do BNDES - UMBNDES reajustada trimestralmente, publicada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento e Econômico Social - BNDES no Diário Oficial da União.

Para os empréstimos contratados em dólares norte-americanos, o intervalo das taxas variáveis e prefixadas está entre 3,0% e 8,875% ao ano.

Para os empréstimos contratados em reais, o intervalo das taxas variáveis e prefixadas está entre 2,5% e 10,0% ao ano.

- (a) Em 29 de julho de 2015, a Companhia liquidou o empréstimo da modalidade “Medium-term notes”, pelo montante de US\$45.610 mil, equivalentes a R\$154.800. O referido contrato apresentava cláusulas restritivas.
- (b) No primeiro semestre de 2015, a Companhia liquidou os empréstimos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDES, no valor de R\$28.092, cujos contratos apresentavam cláusulas restritivas.
- (c) Os financiamentos destinados à aquisição de imobilizado estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.
- (d) As garantias do financiamento são formadas por: (i) direito de receber todos e quaisquer valores que estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente, nos termos do contrato de concessão; (ii) direito de vender a parcela da energia elétrica produzida pelo CESTE atribuída à Companhia; e (iii) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes da concessão.
- (e) Financiamento para compra de embalagens de sacos de cimento.
- (f) Linha de crédito para implantação de fábrica na cidade de Cezarina, estado de Goiás. Esses empréstimos exigem que a Companhia mantenha o saldo de contas a receber de clientes equivalente a no mínimo 20% do valor da dívida atualizada.

Condições restritivas

Alguns contratos exigiam o cumprimento de determinadas cláusulas restritivas de determinados índices financeiros e/ou impõem certos limites à Companhia. Em 31 de dezembro de 2014, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

12.2. Controladas e total consolidado

Os saldos com instituições financeiras decorrentes de empréstimos e financiamentos obtidos pelas controladas e operadas em conjunto são como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento até</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Empréstimos em pesos argentinos (a)	Prefixada	Junho de 2019	305.044	457.211
Empréstimos em Guaranis (f)	Prefixada	Fevereiro de 2016	39.155	-
Empréstimos em dólares norte-americanos (US\$):				
BID (b)	LIBOR mais prefixada	Novembro de 2017	238.669	175.254
Itaú Unibanco S.A. - NY (c)	LIBOR mais prefixada	Julho de 2016	220.337	149.865
Outros empréstimos em dólares norte-americanos (d)	LIBOR mais prefixada	Agosto de 2021	173.223	163.622
Empréstimos em reais - Brasil (e)	TJLP mais prefixada	Outubro de 2018	<u>22.466</u>	<u>27.454</u>
Total			<u>998.894</u>	<u>973.406</u>
Controladas:				
Classificados no circulante - juros (apresentados como “Juros a pagar”)			22.181	31.075
Classificados no circulante - principal			451.372	320.787
Classificados no não circulante - principal			525.341	621.544
Consolidado				
Classificados no circulante - juros (apresentados como “Juros a pagar”)			27.293	43.007
Classificados no circulante - principal			488.997	509.587
Classificados no não circulante - principal			778.033	873.509

Para os empréstimos contratados em reais, o intervalo das taxas variáveis e prefixadas está entre 10,13% e 11,13%.

Para os empréstimos contratados em dólares norte-americanos, o intervalo das taxas variáveis e prefixadas está entre 2,65% e 3,85%.

Para os empréstimos contratados em pesos, o intervalo das taxas variáveis e prefixadas está entre 28,73% e 29%.

- (a) Esses contratos exigem o cumprimento de determinadas cláusulas restritivas de determinados índices financeiros e/ou impõem certos limites às controladas. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

Em 25 de junho de 2015, a controlada Loma Negra contratou empréstimo no montante de 160 milhões de pesos argentinos, equivalentes a R\$48 milhões, com vencimentos anuais entre 2016 e 2018, corrigidos pela taxa Badlar mais juros fixos de 4% ao ano.

Em 21 de julho de 2015, a controlada Loma Negra contratou empréstimo no montante de 200 milhões e 250 milhões de pesos argentinos, respectivamente, equivalentes a R\$60 milhões, a serem pagos em nove parcelas anuais, corrigidos pela taxa Badlar mais juros fixos de 4% ao ano.

Em 22 de julho de 2015, a controlada Loma Negra contratou empréstimo no montante de 250 milhões de pesos argentinos, equivalentes a R\$75 milhões, a serem pagos em nove parcelas anuais, corrigidos pela taxa Badlar mais juros fixos de 1,65% ao ano.

Em 30 de julho e 11 de agosto de 2015, a controlada Loma Negra, liquidou antecipadamente empréstimo no montante de 291 e 212 milhões de pesos argentinos, respectivamente, equivalentes a R\$107 milhões e R\$80 milhões.

Em 21 de outubro de 2015, a controlada Loma Negra celebrou empréstimo no valor de 130 milhões de pesos argentinos, equivalentes a R\$39 milhões, a serem pagos em nove parcelas anuais, corrigidos pela taxa Badlar mais juros fixos de 0,5% ao ano.

- (b) Esses contratos exigem o cumprimento de determinadas cláusulas restritivas, em que os índices financeiros são calculados com base no Grupo InterCement ("InterCement Participações S.A. - Consolidado") e a captação está garantida por aval da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, as cláusulas restritivas foram cumpridas.
- (c) As captações estão garantidas por aval da Companhia e foram realizadas para recompra antecipada de títulos emitidos no mercado internacional ("medium-term notes").
- (d) Esses empréstimos não possuem cláusulas restritivas, e estão garantidos por aval da Companhia. No ano de 2015, a controlada Yguazu obteve novo empréstimo no montante de R\$17.512.
- (e) Esses contratos exigem o cumprimento de cláusulas restritivas de determinados índices financeiros e/ou impõem certos limites às controladas. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os índices financeiros exigidos foram atendidos.
- (f) Em 18 de outubro de 2015, a controlada Yguazu contratou empréstimo no montante de 56 bilhões de guaranis, equivalentes a R\$39 milhões, com vencimento em fevereiro de 2016, corrigido a taxa 7,85% ao ano.

Cronograma de vencimento

Em 31 de dezembro de 2015, as parcelas de longo prazo têm o cronograma de vencimento conforme segue:

<u>Exercício</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2017	35.136	222.145
2018	40.171	188.896
2019	23.979	213.587
2020	25.721	25.721
Após 2020	<u>127.685</u>	<u>127.684</u>
Total	<u>252.692</u>	<u>778.033</u>

13. DEBÊNTURES

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
			<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Debêntures (a)	115% da taxa DI	Abril de 2022	1.625.240	1.600.408	1.625.240	1.600.408
Debêntures (b)	115% da taxa DI	Agosto de 2022	1.266.962	1.254.532	1.266.962	1.254.532
Operada em conjunto BAESA (c)	108% da taxa DI	Agosto de 2016	-	-	1.591	3.698
Gastos com emissão			<u>(6.046)</u>	<u>(7.622)</u>	<u>(6.052)</u>	<u>(7.636)</u>
Total			<u>2.886.156</u>	<u>2.847.318</u>	<u>2.887.741</u>	<u>2.851.002</u>
Classificados no circulante - juros (apresentados como "Juros a pagar")			190.620	153.364	190.620	153.364
Classificados no circulante			-	-	1.585	2.135
Classificados no não circulante			2.695.536	2.693.954	2.695.536	2.695.503

(a) Em 14 de março de 2012, a InterCement Brasil S.A. emitiu 150.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, de espécie quirografária, em duas séries, no valor unitário de R\$10,00. Os juros são pagos anual e semestralmente, para a primeira e segunda séries, respectivamente.

As referidas debêntures estão garantidas por carta de fiança da Companhia e da InterCement Austria Equity Participation GmbH.

(b) Em agosto de 2012, a CIMPOR emitiu 1.200 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, de espécie quirografária, em duas séries, no valor unitário de R\$1.000,00. As debêntures são remuneradas a 115% da taxa DI e serão pagas anualmente sendo o primeiro pagamento em 2017 e o último na data de vencimento em 21 de agosto de 2022. O saldo a pagar na data da incorporação da CIMPOR foi transferido para a Companhia.

(c) Na escritura pública de debêntures estão previstas certas condições restritivas, como a manutenção do endividamento total máximo equivalente a 75% dos ativos totais, as quais requerem que a controlada indireta em conjunto mantenha determinados índices financeiros que vêm sendo adequadamente atendidos.

Condições restritivas

Os contratos da controladora exigem o cumprimento de determinadas cláusulas restritivas, em que os índices financeiros são calculados com base no Grupo InterCement ("InterCement Participações S.A. - Consolidado") e a captação está garantida por aval da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, as cláusulas restritivas foram cumpridas.

Cronograma de vencimento

Em 31 de dezembro de 2015, as parcelas de longo prazo têm o cronograma de vencimento conforme segue:

<u>Exercício</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2017	448.602	448.602
2018	448.864	448.864
2019	449.127	449.127
2020	449.367	449.367
Após 2021	<u>899.576</u>	<u>899.576</u>
Total	2.695.536	2.695.536
(-) Amortização dos gastos com emissão	<u>(6.046)</u>	<u>(6.052)</u>
Total	<u>2.689.490</u>	<u>2.689.484</u>

14. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos tributários, cíveis, trabalhistas e outros. Em bases periódicas, as respectivas Administrações revisam o quadro de riscos conhecidos, avaliam as chances de perdas prováveis e ajustam as provisões, considerando a opinião de seus assessores jurídicos e os demais dados disponíveis no fim de cada exercício.

A provisão para riscos é composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Trabalhistas e previdenciários	38.143	35.667	44.145	42.236
Tributários (a)	17.493	16.896	20.111	19.437
Cíveis e outros (b)	<u>10.404</u>	<u>8.443</u>	<u>18.080</u>	<u>14.270</u>
	66.040	61.006	82.336	75.943
Depósitos judiciais (c)	<u>(13.797)</u>	<u>(14.058)</u>	<u>(13.797)</u>	<u>(14.058)</u>
Total	<u>52.243</u>	<u>46.948</u>	<u>68.539</u>	<u>61.885</u>

- (a) Na controladora, referem-se substancialmente a autos de infração fiscal e ações judiciais relacionadas a: (i) discussão da base de cálculo do ICMS devido por substituição tributária sobre transferência de mercadorias entre estabelecimentos; (ii) discussão sobre a regularidade na compensação de débitos da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS com créditos do Fundo de Investimento Social - FINSOCIAL, autorizada judicialmente; (iii) multa da Superintendência Nacional de Abastecimento e Preços - SUNAB - discussão sobre o auto de infração decorrente da alegação de infringência ao disposto nas Leis nº 7.784/89, nº 8.035/90 e nº 8.178/91; e (iv) discussão sobre a insuficiência de recolhimento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, relacionada à exigência de correção monetária sobre empréstimo compulsório à Eletrobrás, no exercício de 1982, ano-base 1981.
- (b) Na controladora e no consolidado, refere-se principalmente a reclamações relacionadas a ações indenizatórias.
- (c) A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais atrelados à provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Trabalhistas e previdenciários	12.003	12.389
Tributários	1.635	1.523
Cíveis e outras	<u>159</u>	<u>146</u>
Total	<u>13.797</u>	<u>14.058</u>

Contingências possíveis

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas possuem exposição de R\$ 2.213.309 (R\$1.722.149 em 31 de dezembro de 2014), sendo R\$34.691 de contingências trabalhistas (R\$26.481 em 31 de dezembro de 2014), R\$1.511.193 de contingências tributárias (R\$1.069.167 em 31 de dezembro de 2014), R\$ 656.520 de contingências cíveis (R\$ 615.263 em 31 de dezembro de 2014) e R\$10.905 de processos administrativos de outras naturezas (R\$11.238 em 31 de dezembro de 2014), cuja probabilidade de perda foi considerada possível, conforme opinião dos assessores jurídicos.

Outros

A Companhia e outras empresas do setor foram partes em processos administrativos relativos a aspectos de defesa da concorrência, que tramitaram perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Em julho de 2015, o Tribunal do CADE julgou o recurso administrativo apresentado pela Companhia no processo iniciado pelas autoridades de concorrência em 2007 (bem como para as demais empresas envolvidas), mantendo a decisão de condenação pela formação de cartel e aplicação de multa pecuniária, além de outras penalidades acessórias. A multa aplicada a Companhia em 31 de dezembro de 2015 corresponde a R\$539.520 (considerando R\$241.700 para a InterCement e R\$297.820 CCB Cimpor), ficando a Companhia obrigada a alienar 20% da sua capacidade instalada dos ativos de concreto nos mercados relevantes brasileiros em que atua, entre outras penalidades acessórias.

Tendo-se tornado definitiva no âmbito administrativo do CADE a referida decisão, o Grupo recorreu judicialmente, tendo obtido, em 22 de outubro de 2015, mediante a apresentação de garantias reais (duas fábricas no Brasil), a concessão da tutela antecipada requerida, para suspender todas as penalidades impostas pelo CADE até o julgamento do mérito da causa. Contra a referida decisão de antecipação de tutela, o CADE apresentou recurso de Agravo de Instrumento, pendente de julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Considerando a opinião dos seus assessores jurídicos, de que a probabilidade perda na esfera judicial é classificada como possível, não foi constituída provisão para este passivo contingente em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

A movimentação das provisões para riscos é como segue:

	Controladora				Total
	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Cíveis e outros	Depósitos judiciais	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	19.035	15.251	22.127	(6.831)	49.582
Constituição/depósito	16.516	1.587	4.367	(10.640)	11.830
Pagamento	(1.906)	-	-	-	(1.906)
Reversão	(9.070)	(4.491)	(16.729)	3.951	(26.339)
Atualização	<u>11.092</u>	<u>4.549</u>	<u>(1.322)</u>	<u>(538)</u>	<u>13.781</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	35.667	16.896	8.443	(14.058)	46.948
Constituição/depósito	1.425	-	217	(1.559)	83
Pagamento	(579)	-	(944)	3.582	2.059
Reversão	-	(497)	(153)	-	(650)
Atualização	<u>1.630</u>	<u>1.094</u>	<u>2.841</u>	<u>(1.762)</u>	<u>3.803</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>38.143</u>	<u>17.493</u>	<u>10.404</u>	<u>(13.797)</u>	<u>52.243</u>

	Consolidado				Total
	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Cíveis e outros	Depósitos judiciais	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	25.635	17.156	29.090	(6.831)	65.050
Constituição/depósito	18.819	2.271	5.838	(10.640)	16.288
Pagamento	(2.365)	-	(1.248)	-	(3.613)
Reversão	(10.238)	(4.687)	(16.940)	3.951	(27.914)
Atualização	11.098	4.549	(1.321)	(538)	13.788
Variação Cambial	<u>(713)</u>	<u>148</u>	<u>(1.149)</u>	<u>-</u>	<u>(1.714)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	42.236	19.437	14.270	(14.058)	61.885
Constituição/depósito	1.732	37	3.127	(1.559)	3.337
Pagamento	(3.054)	(260)	(4.284)	3.582	(4.016)
Reversão	(457)	(812)	-	-	(651)
Atualização	3.961	1.872	5.668	(1.762)	9.121
Variação cambial	<u>(273)</u>	<u>(163)</u>	<u>(701)</u>	<u>-</u>	<u>(1.137)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>44.145</u>	<u>20.111</u>	<u>18.080</u>	<u>(13.797)</u>	<u>68.539</u>

15. PROVISÃO PARA RECONSTITUIÇÃO AMBIENTAL

A movimentação da provisão para reconstituição ambiental é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	61.464	80.499
Utilização	(360)	(437)
Atualização	1.632	1.728
Variação cambial	<u>-</u>	<u>(2.234)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	62.736	79.557
Utilização	(1.873)	(1.873)
Atualização	2.542	2.726
Variação cambial	<u>-</u>	<u>(852)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>63.405</u>	<u>79.558</u>

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES (CIRCULANTE)

O saldo em 31 de dezembro de 2015 refere-se substancialmente ao valor referente a transação na controlada Barra Grande Participações S.A, no valor de R\$240.769, conforme mencionado na nota explicativa nº 1(c).

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

17.1. Previdência privada

A Companhia proporciona aos empregados plano de previdência privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e os empregados contribuem na mesma paridade de valores até o limite de 4% do salário nominal. Para contribuições acima do limite estabelecido, não há contribuição por parte da Companhia. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia contribuiu com o montante de R\$1.703 (R\$1.789 em 31 de dezembro de 2014).

17.2. Outros benefícios a empregados

São concedidos, ainda, outros benefícios aos empregados, tais como auxílio-médico, auxílio-alimentação, seguro de vida em grupo, auxílio-acidente de trabalho, auxílio-transporte, treinamentos e outros. O montante referente a tais benefícios em 31 de dezembro de 2015 é de R\$63.617 na controladora (R\$59.011 em 31 de dezembro de 2014) e R\$ 76.509 no consolidado (R\$66.315 em 31 de dezembro de 2014).

18. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas referem-se a adiantamentos, contratos de mútuo e vendas e compras de produtos e serviços.

Os saldos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 são os seguintes:

[página intencionalmente deixada em branco]

	Controladora							
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante			
	Contas a receber	Adiantamentos a fornecedores/ outros créditos	Dividendos a receber	Outros créditos	Fornecedores	Partes relacionadas	Dividendos a pagar	Adiantamento de clientes e outras obrigações
Operação controlada em conjunto- BAESA - Energética Barra Grande S.A. (a)	-	-	-	-	2.051	-	-	-
Entidades sob controle comum:								
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	4.138	1.000	-	7.300	416	-	-	125
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	534	-	-	-	-	-	-	87
Cimpor Trading e Inversiones, S.A. (b)	-	-	-	-	2.114	-	-	-
Cimpor Serviços A.G. Empresas S.A. (b)	-	-	-	-	6.427	-	-	-
Cimpor Financial Operations B.V. (e)	-	-	-	-	-	512.690	-	-
Sacopor Sociedade de Embalagens e Sacos de Papel S.A. (b)	-	-	-	-	80	-	-	-
Transviária Logística e Transportes Ltda. (b)	-	26	-	-	-	-	-	-
Viol SPE S.A. (b)	4	-	-	-	-	-	-	-
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. Concret Mix S.A. (f)	42	19.524	-	-	-	-	-	-
Controladas:								
CCCimentos Participações Ltda.	-	-	-	-	-	1.693	-	1.797
Loma Negra C.I.A. S.A. (c) e (d)	-	-	16.527	-	-	130.332	-	8.052
Controladora:								
Cauê Austria Holding GmbH	-	8.837	-	-	-	-	-	-
InterCement Austria Holding GmbH (f)	-	46.077	-	-	-	-	-	-
InterCement Participações S.A.	3	550	-	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	135	-	-	4
Total em 2015	<u>4.721</u>	<u>76.014</u>	<u>16.527</u>	<u>7.300</u>	<u>11.223</u>	<u>644.715</u>	<u>-</u>	<u>10.065</u>
Total em 2014	<u>1.291</u>	<u>11.407</u>	<u>15.688</u>	<u>-</u>	<u>41.270</u>	<u>435.722</u>	<u>591</u>	<u>9.266</u>

[página intencionalmente deixada em branco]

	Consolidado						
	Ativo circulante		Ativo não circulante	Passivo circulante			
	Contas a receber	Adiantamentos a fornecedores/ outros créditos	Outros créditos	Fornecedores	Partes relacionadas	Dividendos a pagar	Adiantamento de clientes e outras obrigações
Entidades sob controle comum:							
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	4.138	1.000	7.300	416	-	-	124
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	534	-	-	-	-	-	87
Cimpor Trading e Inversiones, S.A. (b)	-	-	-	54.222	-	-	-
Cimpor Serviços A.G. Empresas S.A. (b)	-	-	-	6.427	-	-	-
Cimpor Financial Operations B.V. (e)	-	-	-	-	512.690	-	-
Sacopor Sociedade de Embalagens e Sacos de Papel S.A. (b)	-	-	-	80	-	-	-
Viol SPE S.A. (b)	4	-	-	-	-	-	-
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A Concret Mix S.A. (f)	42	19.524	-	-	-	-	-
Controladora:							
Camargo Corrêa S.A.	-	269	-	15	-	-	4
Cauê Austria Holding GmbH	-	8.837	-	-	-	-	-
InterCement Austria Holding GmbH (f)	-	46.077	-	-	-	-	-
InterCement Participações S.A.	3	550	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	1.320	-	907	-
Total em 2015	<u>4.621</u>	<u>76.257</u>	<u>7.300</u>	<u>62.480</u>	<u>512.690</u>	<u>907</u>	<u>215</u>
Total em 2014	<u>1.291</u>	<u>11.690</u>	<u>-</u>	<u>71.317</u>	<u>347.667</u>	<u>2.009</u>	<u>132</u>

[página intencionalmente deixada em branco]

As transações efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 são como segue:

	Controladora		
	Vendas	Compras/ despesas	Receita (despesa) de encargos financeiros
Operação controlada em conjunto-			
BAESA - Energética Barra Grande S.A. (a)	-	(43.326)	-
Entidades sob controle comum:			
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	6.424	(13.425)	-
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	8.614	-	-
Cimpor Trading e Inversiones S.A. (b)	-	(102.023)	(1.315)
Cimpor Serviços A.G. Empresas S.A. (b)	-	(973)	(2.166)
Cimpor Financial Operations B.V (e)	-	-	(185.234)
Transviária Logística e Transportes Ltda. (b)	-	(10.758)	-
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A	17.081		
Viol SPE S.A. (b)	1.702	-	-
Controlada-			
Loma Negra C.I.A. S.A. (c) e (d)	-	-	(41.884)
Controladora:			
InterCement Austria Holding GmbH (f)	-	-	2.233
Cauê Austria Holding GmbH	-	-	3.021
Camargo Corrêa S.A. (b)	-	(697)	-
Outras	22	(4.129)	-
Total em 2015	<u>33.843</u>	<u>(175.331)</u>	<u>(225.345)</u>
Total em 2014	<u>22.083</u>	<u>(294.248)</u>	<u>(74.239)</u>
	Consolidado		
	Vendas	Compras/ despesas	Receita (despesa) de encargos financeiros
Entidades sob controle comum:			
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	6.424	(13.425)	-
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	8.614	-	-
Cimpor Trading S.A. (b)	-	(128.662)	(11.673)
Cimpor Serviços A.G. Empresas S.A. (b)	-	(973)	(2.166)
Cimpor Financial Operations B.V (e)	-	-	(185.234)
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A	17.081		
Viol SPE S.A. (b)	1.702	-	-
Controladora final:			
InterCement Austria Holding GmbH (f)	-	-	2.233
Cauê Austria Holding GmbH	-	-	3.021
Camargo Corrêa S.A. (b)	-	(697)	-
Outras	22	(5.404)	8
Total em 2015	<u>33.843</u>	<u>(149.161)</u>	<u>(193.811)</u>
Total em 2014	<u>21.377</u>	<u>(329.557)</u>	<u>(64.886)</u>

(a) Contrato de compra e venda de energia entre as empresas do Consórcio BAESA.

(b) Compra e venda de mercadorias, serviços e ativo imobilizado.

(c) Empréstimo de mútuo no montante total de US\$32 milhões, sujeito a juros entre 3,0% e 3,9% ao ano, com vencimento do principal e juros em 27 de novembro de 2016 e 29 de julho de 2017, classificado como partes relacionadas no passivo circulante.

- (d) Dividendos propostos e aprovados pelas controladas durante o exercício de 2013.
- (e) Empréstimo de mútuo no montante total de US\$131 milhões, sujeito LIBOR mais juros entre 4,05% e 5,85% ao ano, com vencimento semestral de juros e vencimento do principal em 18 de fevereiro de 2021 e 25 de julho de 2024.
- (f) Valor a receber da controladora InterCement Austria Holding GmbH, decorrente da venda parcial da controlada Yguazu, conforme mencionada na nota explicativa nº 1(b). Os acionistas minoritários da Yguazu efetuaram um adiantamento para a InterCement Austria Holding GmbH, no montante de US\$10 milhões, que será abatido do saldo a receber da Companhia pela venda da controlada Yguazu.

Remuneração dos administradores

a) Controladora

Em 24 de março de 2015, o montante da remuneração de curto prazo do Conselho de Administração e dos Diretores Estatutários para o exercício de 2015 foi fixado em até R\$8.600, não incluídos encargos sociais, e acrescido de provisão para férias e benefícios de qualquer natureza, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária.

Os montantes referentes à despesa com remuneração do Conselho de Administração e dos Diretores Estatutários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 estão demonstrados a seguir:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Curto prazo:		
Salários, remuneração fixa e outros benefícios (i)	4.024	4.478
Salários, remuneração fixa e outros benefícios (ii)	369	594
Longo prazo (benefícios pós-emprego)-		
Previdência privada	<u>220</u>	<u>284</u>
Total da remuneração (sem encargos sociais)	4.613	5.356
Encargos sociais	<u>1.417</u>	<u>1.650</u>
Total da remuneração (com encargos sociais)	<u>6.030</u>	<u>7.006</u>

- (i) Remuneração dos Diretores Estatutários.
- (ii) Remuneração do Conselho de Administração.

b) Consolidado

O montante pago até 31 de dezembro de 2015 é de R\$22.733, sendo: (i) R\$22.364 referentes a benefícios de curto prazo, como honorários, encargos e outros benefícios; e (ii) R\$369 referentes a benefícios pós-emprego (de longo prazo), principalmente relacionados à previdência privada (R\$16.923 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, sendo R\$16.329 referentes a benefícios de curto prazo, como honorários, encargos e outros benefícios e R\$594 referentes a benefícios pós-emprego (de longo prazo), principalmente relacionados à previdência privada).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é representado por 3.943 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de março de 2015, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, sem emissão de novas ações, no valor de R\$14.770, mediante a capitalização de reservas de incentivos fiscais do Estado do Mato Grosso do Sul. Após esta transação o capital social passou a ser de R\$2.138.292.

Reserva de capital

Refere-se ao resultado da venda de participações societárias sem alteração de controle. De acordo com o ICPC 09 (R2) e a IFRS 10/CPC36, esses efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

Reservas de lucros

Correspondem à retenção de lucros para aplicação em projetos de investimentos, conforme orçamento a ser submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária e segundo o artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não constituiu reserva de lucros, já que apurou prejuízo no exercício. As reservas de incentivos fiscais do ano de 2015, no montante de R\$32.305 serão constituídas nos anos subsequentes, quando a Companhia apurar lucros.

Dividendos

Aos acionistas é assegurado, em cada exercício social, o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado em conformidade com o Estatuto da Companhia e a Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não efetuará a destinação dos dividendos mínimos obrigatórios, já que não apurou lucro no exercício.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de março de 2015, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$156.942, correspondente aos lucros acumulados de exercícios anteriores.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(180.556)	461.910	(97.510)	503.050
Alíquotas (15% para imposto de renda mais adicional de 10% e 9% para contribuição social)	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	61.389	(157.049)	33.153	(171.037)
Ajustes para apuração do imposto de renda e da contribuição social efetivos:				
Equivalência patrimonial	42.705	25.919	5.374	70
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	(4.721)	28.030	(4.722)	28.544
Compensação de prejuízo fiscal	-	19.510	-	19.510

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Diferença de alíquotas para resultado no exterior	-	-	(23.063)	6.568
Juros sobre o capital próprio, líquidos	-	39.540	-	39.540
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não constituídos	-	-	(6.240)	-
Outros	<u>(1.321)</u>	<u>5.864</u>	<u>1.100</u>	<u>3.764</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>98.052</u>	<u>(38.186)</u>	<u>5.602</u>	<u>(73.041)</u>
Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:				
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(17.514)	(30.492)	(92.933)	(62.859)
(+) Imposto de renda e contribuição social - corrente (registrado no patrimônio líquido referente a venda da Yguazu)	42.493	-	42.493	-
(=) Imposto de renda e contribuição social - corrente (registrado no resultado)	24.979	-	(50.440)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	73.073	(7.694)	56.042	(10.182)

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias os livros fiscais e societários, até o limite considerado passível de realização.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
No ativo:				
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	118.912	126.472	118.924	135.838
Riscos tributários, cíveis e trabalhistas	23.356	21.486	29.048	26.705
Provisão para reconstituição ambiental	19.364	18.489	19.364	18.489
Programa de Integração Social - PIS e COFINS sobre receitas financeiras e outras receitas não operacionais (impostos parcelados)	24.971	22.977	24.971	22.977
Provisões para participação nos lucros	2.258	4.918	2.258	4.918
Provisões para serviços de terceiros	9.072	5.402	9.625	5.402
Varição cambial tributada pelo regime de caixa	93.254	-	93.254	-
Outras provisões temporárias	<u>8.645</u>	<u>16.660</u>	<u>13.778</u>	<u>19.964</u>
Total - ativo	<u>299.832</u>	<u>216.404</u>	<u>311.222</u>	<u>234.293</u>
No passivo:				
Amortização de ágio (rentabilidade futura)	420.522	403.067	420.522	403.067
Varição cambial tributada no regime de caixa	-	3.759	-	3.759
Custo atribuído do ativo imobilizado	-	-	-	3.257
Avaliação da vida útil do imobilizado (*)	86.914	80.551	161.494	155.821
Ajuste a valor presente - dívida Banco Itaú - Fomentar	5.359	6.220	5.359	6.220
Outras	<u>28.493</u>	<u>27.025</u>	<u>50.893</u>	<u>40.037</u>
Total - passivo	<u>541.288</u>	<u>520.622</u>	<u>638.268</u>	<u>612.161</u>
Total líquido classificado no passivo não circulante	<u>241.456</u>	<u>304.218</u>	<u>327.046</u>	<u>377.868</u>

(*) Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, a Companhia revisou a vida útil estimada dos bens do imobilizado e do intangível, gerando disparidade entre a taxa de depreciação contábil e a fiscal. Para fins fiscais, as referidas taxas continuarão seguindo o disposto na legislação fiscal.

Em 31 de dezembro de 2015, a expectativa de realização do saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2016	5.232	5.244
2017	6.133	6.133
2018	13.815	13.815
2019	27.474	27.474
Após 2019	<u>66.258</u>	<u>66.258</u>
Total	<u>118.912</u>	<u>118.924</u>

Essa expectativa de realização considera o histórico de lucratividade, as projeções de resultados tributáveis futuros e o prazo esperado para a reversão das diferenças temporárias.

21. RECEITA LÍQUIDA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2015	2014	2015	2014
Venda de produtos	3.457.014	4.167.062	6.498.884	6.060.949
Serviços prestados	522.917	644.235	696.011	760.167
Impostos sobre vendas	(960.602)	(1.125.919)	(1.029.476)	(1.169.899)
Abatimentos/descontos	<u>(26.377)</u>	<u>(33.964)</u>	<u>(187.483)</u>	<u>(133.505)</u>
Total	<u>2.992.952</u>	<u>3.651.414</u>	<u>5.977.936</u>	<u>5.517.712</u>

Na controladora, os impostos sobre vendas são compostos por impostos federais, estaduais e municipais, como Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, ICMS, PIS, COFINS e Imposto Sobre Serviços - ISS. No consolidado, incluem também o Imposto sobre Valor Agregado - IVA.

22. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base em sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas são apresentadas a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2015	2014	2015	2014
Depreciação e amortização	(238.464)	(228.289)	(409.148)	(301.699)
Salários e benefícios a empregados	(336.774)	(302.328)	(855.215)	(615.388)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(920.713)	(966.103)	(1.350.314)	(1.302.044)
Despesas tributárias	(13.877)	(9.558)	(63.484)	(37.385)
Serviços de terceiros	(203.444)	(230.812)	(431.349)	(362.417)
Despesas com aluguel	(82.944)	(114.469)	(91.223)	(118.847)
Despesas com frete	(299.212)	(337.022)	(538.947)	(476.506)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Despesas com manutenção	(128.050)	(132.025)	(343.226)	(272.712)
Despesas com combustível	(326.564)	(302.778)	(665.403)	(526.853)
Despesas com eletricidade	(189.417)	(169.195)	(330.606)	(237.698)
Reversão (constituição) de provisão para riscos	(992)	9.727	2.992	6.878
Ganho na venda de ativo imobilizado e intangível (a)	94.902	34.456	96.398	35.018
Outras receitas (despesas)	<u>(42.743)</u>	<u>(188.655)</u>	<u>(118.960)</u>	<u>(252.384)</u>
Total	<u>(2.688.292)</u>	<u>(2.937.051)</u>	<u>(5.098.485)</u>	<u>(4.462.037)</u>
Custo das vendas e dos serviços	(2.585.876)	(2.788.510)	(4.833.017)	(4.185.295)
Despesas administrativas e comerciais	(187.170)	(201.883)	(389.693)	(328.917)
Outras receitas operacionais	<u>84.754</u>	<u>53.342</u>	<u>124.225</u>	<u>52.175</u>
Total	<u>(2.688.292)</u>	<u>(2.937.051)</u>	<u>(5.098.485)</u>	<u>(4.462.037)</u>

(a) Em 2015, refere-se substancialmente a: (i) a venda da pedra de Barueri e Guarulhos, no montante de R\$ 75.183.

Em 23 de outubro de 2015, a Companhia adquiriu da empresa Participações Morro Vermelho S.A. (parte relacionada) um terreno localizado na cidade de Guarulhos no valor de R\$1.000, o qual foi posteriormente alienado.

Em 18 de dezembro de 2015, a Companhia alienou um terreno localizado na cidade de Guarulhos, no montante de R\$9.000 à empresa Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (parte relacionada).

Em 2014, refere-se substancialmente a: (i) desapropriação de terreno pelo Poder Público, no valor de R\$16.370; e (ii) venda do Porto de Pelotas, no montante de R\$12.421.

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Varição cambial:				
Receita com variação cambial	52.801	168.831	15.433	226.249
Despesa com variação cambial	<u>(323.133)</u>	<u>(198.229)</u>	<u>(431.379)</u>	<u>(239.684)</u>
Total	<u>(270.332)</u>	<u>(29.398)</u>	<u>(415.946)</u>	<u>(13.435)</u>
Receitas financeiras:				
Variação monetária	17.284	9.219	17.300	9.225
Rendimento financeiro	56.892	76.871	60.481	80.632
Juros ativos	10.290	9.115	18.248	10.451
Instrumentos financeiros derivativos	79.585	98.182	79.585	98.182
Outras receitas	<u>3.167</u>	<u>2.581</u>	<u>6.051</u>	<u>4.018</u>
Total	<u>167.218</u>	<u>195.968</u>	<u>181.665</u>	<u>202.508</u>

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Despesas financeiras:				
Varição monetária	(16.481)	(26.859)	(20.597)	(29.279)
Despesa com juros e encargos	(452.461)	(351.574)	(619.113)	(564.017)
Despesa de multas	(1.014)	(669)	(1.017)	(669)
Instrumentos financeiros derivativos	(20.105)	(93.436)	(20.105)	(93.436)
Outras despesas	<u>(17.647)</u>	<u>(22.718)</u>	<u>(97.653)</u>	<u>(54.502)</u>
Total	<u>(507.706)</u>	<u>(495.256)</u>	<u>(758.485)</u>	<u>(741.903)</u>

24. COMPROMISSOS

a) Contratos de arrendamento como arrendatário

Os contratos de arrendamentos operacionais de terrenos no Brasil têm prazos de duração entre cinco e dez anos. A estimativa de pagamentos de aluguel, em valores nominais, é composta por:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Até 1 ano	48.555	11.181	51.382	13.137
De 1 a 5 anos	68.209	15.052	75.277	21.896
Mais de 5 anos	<u>15.037</u>	<u>6.659</u>	<u>15.038</u>	<u>6.658</u>
Total	<u>131.801</u>	<u>32.892</u>	<u>141.697</u>	<u>41.691</u>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi reconhecido o montante de R\$82.944 (R\$109.539 em 31 de dezembro de 2014) referente às despesas com operações de arrendamento mercantil operacional.

b) Contratos de compra

A Companhia possui acordo contratual para aquisição de escória bruta, com vigência até 2021 e correção anual pelo IGP-M, e compra de energia elétrica com vigência até 2020, cuja estimativa de desembolso total, em valores nominais, é conforme segue:

	2015
2016	46.127
2017	46.127
2018	46.127
Após 2018	<u>138.383</u>
Total	<u>276.764</u>

25. RESULTADO POR AÇÃO

A seguir está demonstrada a reconciliação do lucro líquido com os valores utilizados para calcular o lucro (prejuízo) líquido por ação básico e diluído:

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Numerador básico e diluído-		
Alocação do (prejuízo) lucro líquido do exercício para os acionistas	(82.504)	423.724
Denominador básico e diluído-		
Média ponderada de ações	3.943	3.943
(Prejuízo) Lucro básico/diluído por ação ON (em reais)	(20.924,17)	107.462,34

26. SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros, de forma global, dos bens do imobilizado e estoques sujeitos a riscos de incêndio, roubos, danos materiais, obras civis e riscos de engenharia e lucros cessantes, de acordo com a avaliação da Administração.

27. AVAIS E FIANÇAS

A Companhia é garantidora para os seguintes empréstimos captados por suas controladas:

- O Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controlada indireta Loma Negra e o BID, cujo objeto foi a concessão de crédito no montante de até US\$125.000 mil, destinado à modernização e expansão de fábricas na Argentina.
- O Banco Itaú BBA S.A. Nassau Branch - IBBA em 26 de março de 2012, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controladora Cauê Austria e o IBBA, cujo objeto foi a concessão de crédito no montante de US\$750.000 mil, destinado a usos corporativos gerais.
- O Banco do Brasil S.A., London Branch - BB em 17 de fevereiro de 2012, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controladora Cauê Austria e o BB, cujo objeto foi a concessão de crédito no montante de €460.193 mil, destinado a usos corporativos gerais.
- O Banco Itaú - Unibanco S.A., New York Branch em 28 de julho de 2008, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controlada indireta Loma Negra e o Banco Itaú, cujo objeto foi a concessão de crédito no montante de até US\$55.212 mil; o montante garantido pela Companhia foi de US\$125.000 mil.

- A controlada Cauê Finance em 16 de julho de 2005, em decorrência do contrato de mútuo firmado entre a Companhia e a controlada Cauê Finance, cujo mútuo foi decorrente de “bonds” emitidos no exterior, no montante de US\$150.000 mil.

Os financiamentos destinados à aquisição de imobilizado (FINAME) estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados, no montante de R\$38.156.

A Companhia recebeu garantias para os seguintes financiamentos:

- Os destinados à implantação da Usina Hidrelétrica (UHE Estreito - CESTE) estão garantidos por penhor de direitos emergentes da concessão e fiança da Camargo Corrêa S.A., no montante de R\$169.729.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo derivativos, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, financiamentos, bem como instrumentos financeiros derivativos.

28.1. Gestão do risco de capital

A estrutura de capital da Companhia e de suas controladas é formada pelo endividamento líquido (empréstimos deduzidos por caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários circulantes) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações não controladoras).

28.2. Administração dos riscos financeiros

A Diretoria de Tesouraria Corporativa do Grupo gerencia os riscos financeiros para as subsidiárias integrais, coordenando o acesso aos mercados domésticos e estrangeiros e monitorando e administrando os riscos relacionados às operações, por meio de relatórios internos por grau e relevância, tais como riscos de moeda, taxa de juros, preços, crédito e de liquidez.

28.3. Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<u>Ativos financeiros</u>				
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	35.805	43.768	92.778	73.635
Contas a receber de clientes	140.573	174.673	319.540	314.366
Outros créditos - instrumentos financeiros	-	79.380	25.791	79.380
Mantidos até o vencimento:				
Caixa e equivalentes de caixa	5.493	464	87.426	464
Títulos e valores mobiliários	79.049	242.041	79.389	242.338
Valor justo por meio do resultado:				
Caixa e equivalentes de caixa	885.122	596.155	894.507	666.176
Títulos e valores mobiliários	-	-	3.081	2.805

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<u>Passivos financeiros</u>				
Custo amortizado				
Debêntures	2.886.156	2.847.318	2.887.741	2.851.002
Empréstimos e financiamentos	295.429	452.697	1.294.324	1.426.103
Fornecedores	182.702	236.638	645.446	548.963
Partes relacionadas	644.715	435.723	512.690	347.667
Outras obrigações	240.769	-	240.769	-

28.4. Exposição cambial e detalhamento das operações com instrumentos financeiros derivativos

Risco de taxa de câmbio

A Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos relevantes em moeda estrangeira, principalmente dólar norte-americano e peso argentino, e seus resultados podem ser significativamente afetados pela variação das taxas de câmbio.

Os principais grupos de contas atrelados à moeda estrangeira estão relacionados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<u>Ativo:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	40	30	55.569	16.766
Dividendos a receber	16.527	15.688	-	-
Contas a receber	36	24	796	714
Outros créditos - Partes relacionadas	54.913	-	54.913	-
Outros créditos	<u>20.277</u>	<u>11.507</u>	<u>74.171</u>	<u>11.507</u>
Ativo exposto	<u>91.793</u>	<u>27.249</u>	<u>185.449</u>	<u>28.987</u>
<u>Passivo:</u>				
Juros, empréstimos, financiamentos e debêntures	-	123.423	632.228	612.164
Mútuo com partes relacionadas	651.075	441.506	512.690	347.668
Fornecedores no exterior	<u>7.197</u>	<u>23.015</u>	<u>91.914</u>	<u>89.861</u>
Passivo exposto	<u>658.272</u>	<u>587.944</u>	<u>1.236.832</u>	<u>1.049.693</u>

Derivativos

Com relação às operações com derivativos, a perda ou o ganho registrado, considerando os valores contábeis e de mercado, está assim demonstrado em 31 de dezembro de 2015:

<u>Operação</u>	Valor de mercado (*)			Efeito acumulado ganho (perda)
	Valor nacional	Posição ativa	Posição passiva	
“Swap” - dólar norte-americano versus CDI	=	=	=	<u>59.480</u>
Total	=	=	=	<u>59.480</u>

(*) O saldo é zero pois a transação foi liquidada antes de 31 de dezembro de 2015.

28.5. Valores de mercado

Na Companhia e em suas controladas, os empréstimos e financiamentos e outros passivos financeiros classificados como custo amortizado aproximam-se dos valores de mercado, mesmo aqueles contabilizados no não circulante, com exceção das debêntures, do empréstimo “medium-term notes”, integralmente quitado em 2015, e do empréstimo com o BID, conforme segue:

	Controladora			
	2015		2014	
	Valor justo	Valor contabilizado	Valor justo	Valor contabilizado
Empréstimos	-	-	120.555	120.262
Debêntures	2.849.903	2.886.156	2.812.625	2.847.318

	Consolidado			
	2015		2014	
	Valor justo	Valor contabilizado	Valor justo	Valor contabilizado
Empréstimos	390.674	390.537	389.295	388.470
Debêntures	2.849.903	2.887.741	2.812.625	2.851.002

28.6. Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a taxas de juros flutuantes e a índices inflacionários, principalmente relacionados às variações do IGP-M, do CDI, da LIBOR, do IPCA e da TJLP nos empréstimos e nas debêntures.

As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI. Essas posições estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Ativo:				
CDI	773.758	237.395	782.619	239.414
SELIC	99.417	69.101	102.920	71.992
Total do ativo	<u>873.175</u>	<u>306.496</u>	<u>885.539</u>	<u>311.406</u>
Passivo:				
IGP-M	3.809	8.487	28.413	31.270
CDI	2.934.616	2.968.879	2.936.201	2.972.562
IPCA	-	232	-	233
TJLP	158.027	189.631	180.494	217.083
LIBOR	328.515	223.308	917.186	376.402
Total do passivo	<u>3.424.967</u>	<u>3.390.537</u>	<u>4.062.294</u>	<u>3.597.550</u>

28.7. Risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia e suas controladas mantêm contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração e somente efetuam transações de venda de produtos de acordo com os critérios de aprovação de crédito desenhados para minimizar os riscos de inadimplência.

28.8. Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2015, a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros das variações de ativos e passivos relevantes em moeda estrangeira da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto e daqueles expostos a variações do IGP-M, do CDI e da TJLP é conforme segue:

Operação	Risco	Controladora			Consolidado		
		Cenários			Cenários		
		1	2	3	1	2	3
<u>Exposição ao risco cambial</u>							
Derivativos	Valorização do real	-	-	-	-	-	-
Ativo:							
Caixa e equivalentes de caixa	Valorização do real	5	4	3	7.029	5.272	3.515
Contas a receber de clientes	Valorização do real	5	3	2	101	76	50
Dividendos a receber	Valorização do real	2.091	1.568	1.045	-	-	-
Outros créditos - Partes Relacionadas	Valorização do real	6.946	5.210	3.473	6.946	5.210	3.473
Outros créditos	Valorização do real	2.565	1.924	1.283	9.382	7.037	4.691
Passivo:							
Juros, empréstimos e financiamentos	Desvalorização do real	-	-	-	79.974	99.967	119.960
Mútuo com partes relacionadas	Desvalorização do real	82.358	102.947	123.536	64.853	81.066	97.279
Fornecedores no exterior	Desvalorização do real	910	1.138	1.366	11.627	14.533	17.440
<u>Exposição a índices variáveis</u>							
Aplicações financeiras:							
CDI	Queda do índice	122.718	92.038	61.359	124.123	93.093	62.062
SELIC	Queda do índice	15.778	11.833	7.889	16.333	12.250	8.167
Empréstimos e debêntures:							
IGP-M	Aumento do índice	292	365	438	2.179	2.724	3.269
CDI	Aumento do índice	465.430	581.788	698.145	465.681	582.102	698.522
LIBOR	Aumento do índice	3.811	4.763	5.716	10.639	13.299	15.959
TJLP	Aumento do índice	11.062	13.827	16.593	12.635	15.793	18.952
IPCA	Aumento do índice	-	-	-	-	-	-

O cenário 1 reflete as expectativas disponibilizadas no mercado financeiro para cálculo dos valores futuros das referidas operações. O cenário 2 considera uma valorização ou desvalorização da moeda brasileira (real - R\$) em relação ao cenário 1, quanto à moeda estrangeira, e índices variáveis, dependendo da natureza do risco, de 25%, e o cenário 3 de 50%, em relação ao cenário 1.

O cenário 1 reflete as melhores expectativas da Administração para os possíveis impactos das transações descritas anteriormente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

29. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Capitalização de juros	15.649	22.722	15.649	22.722
Aquisição de imobilizado por meio de financiamento	-	9.851	126.932	9.851
Vendas de imobilizado que serão recebidas futuramente	25.039	27.079	25.039	27.079
Vendas de investimentos que serão recebidas futuramente	58.572		58.572	
Prescrição de dividendos	591		591	
Gastos de anos anteriores com imobilizados sinistrados	12.997	-	12.997	-

30. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 23 de fevereiro de 2016, a Administração da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.